

NOTAS ECONÓMICAS

17

GIUSEPPE MUNDA AVALIAÇÃO SOCIAL MULTICRITÉRIO: FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS E CONSEQUÊNCIAS OPERACIONAIS

CARLOS BASTIEN / JOSÉ LUÍS CARDOSO STRUCTURALISM AND DEVELOPMENT ECONOMICS IN THE EUROPEAN SEMI-PERIPHERY: THE CASE OF PORTUGAL

JOÃO DUQUE / LÍGIA FEBRA MOTIVOS PARA O LANÇAMENTO DE OFERTAS PÚBLICAS INICIAIS EM PORTUGAL

LUÍS AGUIAR-CONRARIA THE ADEQUACY OF THE TRADITIONAL ECONOMETRIC APPROACH TO NON-LINEAR CYCLES

A. SIMÕES LOPES GLOBALIZAÇÃO E DESCONTENTAMENTO: UM ENSAIO SOBRE A OBRA DE STIGLITZ

PEDRO PEZARAT CORREIA 25 DE ABRIL: UMA LEITURA GEOPOLÍTICA E GEOESTRÁTÉGICA

JAIME FERREIRA NOS 30 ANOS DA FEUC

REVISITA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Globalização e descontentamento: um ensaio sobre a obra de Stiglitz¹

António Simões Lopes ISEG – Universidade Técnica de Lisboa

A atribuição do *Nobel* a Stiglitz “hoje”, como “ontem” a Amartya Sen, terá levado muitos estudiosos da Economia a parar para reflectir sobre o caminho andado e a interrogarem-se sobre as insatisfações e os défices maiores do percurso de aprofundamento da Ciência Económica.

Sob vários pontos de vista fundamentais têm sido extremamente enriquecedoras as contribuições de Sen e de Stiglitz. Desde logo na perspectiva de que a Economia e os desenvolvimentos da Ciência Económica não devem perder de vista o Homem e a realidade envolvente; e, a partir daí, a sustentação sem hesitações da Economia como Ciência Social que, debruçando-se sobre os aspectos económicos do fenómeno social, não pode perder de vista a complexidade desse “fenómeno” e a necessidade do envolvimento de outras ciências sociais e humanas num contexto em que deve instalar-se a ambição da interdisciplinaridade. Depois, a pretensão sem concessões da Economia como ciência *útil*, o que a remete para um papel instrumental *superior* ao serviço do Desenvolvimento; e o que também traz consigo a afirmação sustentada de que há *valores* que devem sobrepor-se aos “materiais” porque o Homem só se afirma plenamente como Homem quando para além da melhoria das condições materiais de vida interioriza o princípio fundamental de que nas necessidades básicas se integram a liberdade, a justiça, a procura da equidade, a auto-estima, como *valores do Desenvolvimento*.

Na linguagem que eu próprio tenho vindo a utilizar, mantenho que não é desenvolvida a sociedade em que a afluência de uns esteja associada às carências de outros, ou coexista no tempo com assimetrias espaciais exageradas; como mantenho não ser desenvolvida a sociedade cujo bem-estar de hoje sacrifique oportunidades das gerações de amanhã. Da primeira afirmação retiro a dispensabilidade de adjectivar de *espacial*, ou *regional*, o termo Desenvolvimento: ele assume, integra, incorpora a dimensão espacial (Desenvolvimento é Desenvolvimento Regional)². Da segunda retiro igualmente dispensabilidade de adjectivação: o Desenvolvimento é *sustentável*, ou não é Desenvolvimento³.

Centrando-me nesta obra de Stiglitz, há uma outra *sua* preocupação que importa sublinhar: a Ciência Económica não deve contentar-se em bem fundamentar a validade das análises (Análise Económica), campo em que têm sido extremamente enriquecedores os contributos da teoria económica e dos instrumentos a fazerem distanciar-se a Economia de outras ciências sociais na procura do rigor e da validade científica; a Ciência Económica deve igualmente avançar para as propostas de acção na área que lhe pertence da Política Económica. Isso determinará a necessária aproximação aos problemas reais e isso dirá da utilidade efectiva da Ciência Económica.

Os aspectos referidos, que tenho por fundamentais, encontram neste livro de Stiglitz, “Globalization and its discontents”, relevância inquestionável. E encontram-na num quadro de adesão à realidade de que o Autor nunca se afasta e que apresenta de forma expressiva, atraente e motivadora na sua permanente preocupação de crítica aos modelos e aos instrumentos utilizados pelas instâncias que mais afirmadamente têm querido assumir a sustentação de processos de desenvolvimento: o Fundo Monetário Internacional (FMI), particularmente, e o Banco Mundial também.

1 Stiglitz, J. E., *Globalisation and its discontents*, New York, W. W. Norton & Company, 2002. Traduzido para português com o título *Globalização — a grande desilusão*, Lisboa, Terramar, 2002. O prefácio à edição portuguesa teve por base o presente “ensaio”. Os números das páginas respeitam à edição original e não à tradução.

2 Lopes, A. S., “Desenvolvimento: desenvolvimento regional” in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1979.

3 Lopes, A. S., *Desenvolvimento Regional*, (5.ª ed.), Lisboa, F. C. Gulbenkian, 2001. Esta posição era já sustentada na 1.ª edição, em 1979.



Tomemos mais circunstanciadamente alguns dos aspectos mencionados; e procuremos relacioná-los com a experiência riquíssima que Joseph Stiglitz nos traz, resultado do seu conhecimento do FMI e do seu conhecimento e trabalho no Banco Mundial, em casos muito variados de países e de processos de desenvolvimento; experiência riquíssima que é moldada, naturalmente, numa formação teórica igualmente diversificada como lhe foi elegantemente referido quando da atribuição a Stiglitz do prêmio John Bates Clark da American Economic Association: “Dr. Stiglitz is beyond compare among younger economists for the range and variety of his theoretical achievements, as well as for their vigor and their liveliness. From growth and capital to the economics of discrimination, from public finance to corporate finance, from information to uncertainty, from competitive equilibrium with exhaustible resources to monopolistic competition and product diversity, contemporary economic theory is crisscrossed with his footprints.” Isto foi em 1979.

Sobre a necessidade de a Ciência Económica não perder de vista o Homem e a realidade envolvente se pode dizer que o presente livro é das afirmações mais conseguidas. Com efeito, em muitas circunstâncias, particularmente nas posições duras que assume quanto ao papel das instituições internacionais e quanto aos métodos e processos por elas utilizados, é expressiva a crítica ao esquecimento das pessoas e à necessidade de considerar a natureza específica dos casos, isto é, a “realidade concreta”.

Lê-se num dos passos do livro que temos em mãos: “... the IMF's insistence on developing countries maintaining tight monetary policies has led to interest rates that would make job creation impossible even in the best circumstances. And because trade liberalization occurred before safety nets were put into place, those who lost their jobs were forced into poverty. Liberalization has thus, too often, not been followed by the promised growth, but by increased misery. And even those who have not lost their jobs have been hit by a heightened sense of insecurity” (p. 17). E ainda, de forma não menos expressiva: “One should not see unemployment as just a statistic, an economic ‘body count’, the unintended casualties in the fight against inflation or to ensure that Western banks get repaid. The unemployed are people, with families, whose lives are affected — sometimes devastated — by the economic policies that outsiders recommend, and, in the case of the IMF, effectively impose”⁴.

Por um outro ângulo vêm estas preocupações reforçadas, porque até acontece que a Economia nada ganha com o esquecer-se das pessoas, mesmo em termos estritamente económicos ou ‘economicistas’. Stiglitz volta ao exemplo do desemprego para lembrar que com ele, haja ou não instrumentos de subsídio ao desemprego, mas particularmente quando eles não são minimamente satisfatórios, os custos sociais são elevadíssimos: “In less developed countries, the unemployed workers typically do not become a public charge, since there are seldom unemployment insurance schemes. There can be a large social cost nonetheless, manifested in its worst forms, by urban violence, increased crime, and social and political unrest. But even in the absence of these problems, there are huge costs of unemployment” (p. 57), e enumera concretamente vários. Adicionalmente, ao considerar as privatizações como via para reestruturar empresas públicas, lembra que “moving people from low-productivity jobs in state enterprises to unemployment does not increase a country's income, and it certainly does not increase the welfare of the workers”. As privatizações devem estar integradas em programas onde a criação de emprego deve acompanhar a destruição de emprego que a privatização normalmente provoca. E afirma de modo determinante: “These are not just issues of pragmatics, of ‘implementation’: these are issues of principle” (pp. 57-58).

A problemática do desenvolvimento, incidindo sobre o fenómeno social, nunca será satisfatoriamente resolvida apenas pela Economia; as outras ciências sociais e as ciências humanas têm de ser também chamadas à resolução dos problemas. Os aspectos económicos

⁴ E prossegue com uma terrível analogia: “Modern high-tech warfare is designed to remove physical contact: dropping bombs from 50,000 feet ensures that one does not “feel” what one does. Modern economic management is similar: from one's luxury hotel, one can callously impose policies about which one would think twice if one knew the people whose lives one was destroying” (p. 24).



do fenómeno social serão, em grande número de casos, determinantes; mas até a resolução desses aspectos económicos não pode dispensar a consideração de outros aspectos do fenómeno social, outras disciplinas, em ambiente de interdisciplinaridade.

Este novo conjunto de preocupações liga-se estreitamente à conclusão que acaba de retirar-se: a Economia é indispensável, mas tem de ter a humildade de assumir o papel de *ciência útil*, aceitando ser, com outras, “instrumental” no processo de desenvolvimento; até porque, para além das condições materiais de vida, para além do bem-estar económico, há valores que podem sobrepor-se-lhes: a liberdade, a justiça social, a auto-estima, são necessidades pelo menos tão básicas quanto as que se manifestam na perspectiva mais estritamente económica. Detenho-me brevemente sobre elas, porque são fulcrais na obra de Stiglitz.

A *liberdade* não é para se entender apenas no sentido mais corrente do termo, que a contrapõe à opressão que as políticas podem gerar. É para entender em sentido mais exigente, assente no pressuposto de que a concepção anterior está adquirida. É Stiglitz quem o lembra: “The essence of freedom is the right to make a choice — and to accept the responsibility that comes with it” (p. 88). Tal conceito implica que os povos sejam capazes de escolher entre alternativas: “... countries need to consider the alternatives and, through democratic political processes, make these choices for themselves” (p. 88).

A *justiça social*, assente na procura da equidade, é outro dos valores que no campo dos princípios deve impor-se, sem o que não fará sentido falar-se de Desenvolvimento. Stiglitz tem vindo a manifestar de forma insistente e consistente, já de longa data, grandes preocupações quanto ao crescimento económico e à sua necessidade, mas em permanente ligação com a *distribuição*, antes mesmo da sua dissertação de doutoramento no MIT. No seu campo de interesses assume lugar privilegiado uma visão equilibrada do papel do Estado, ênfase crescente na importância do *conhecimento* e uma preocupação igualmente crescente sobre a equidade e as inter-relações “equidade-crescimento”.

Stiglitz defende a prática de um “contrato social” em que o pobre beneficie de facto dos ganhos do crescimento e o rico sofra efectivamente também os custos das crises; e contesta, rejeitando, os princípios dos que defendem simplística e hipocritamente que a melhor forma de ajudar o pobre é fazer a economia crescer. À sua demonstração de situações concretas em que o crescimento trouxe declínio do rendimento real dos mais desfavorecidos (a América dos anos 80, por exemplo), juntaríamos nós que, justamente no campo dos princípios, a *distribuição* não deve ficar à espera da criação de mais riqueza. Podem as desigualdades favorecer o crescimento económico (Arthur Lewis) e pode admitir-se que o processo, a seu tempo, reduza as assimetrias (Simon Kuznets); mas a demonstração da assunção da justiça social como valor residirá em começar por distribuir bem o que já temos e não adiar a *distribuição* para quando formos mais ricos. De resto, a posição de Lewis ao afirmar que as desigualdades seriam boas para o crescimento porque os ricos poupam mais dos que os pobres e a acumulação de capital é fundamental para o crescimento fica posta em causa quando se analisam casos como os da Coreia do Sul, China, Formosa, Japão, que mostram que poupança elevada não exige aumento das desigualdades e que pode alcançar-se crescimento rápido sem as aumentar⁵.

Tudo isto, de resto, tem a ver com a *auto-estima*, que sendo valor do Desenvolvimento deve também assumir-se como factor de Desenvolvimento.

A expressão mais viva de degradação da auto-estima estará na exclusão de alguns do processo de Desenvolvimento, e o desemprego pode dar ideia da extensão social da exclusão. Ninguém deve ficar arredado de participar na “construção social”; todos têm o direito de nela se envolverem e nada haverá de mais degradante do que o sentimento de exclusão. Eventuais

5 “... the lack of concern about the poor was not just a matter of views of markets and government, views that said that markets would take care of everything and government would only make matters worse; it was also a matter of values — how concerned we should be about the poor and who should bear what risks” (pp. 85-86).



transferências financeiras sob a forma de subsídios, que importa assegurar, não poderão constituir compensação válida e casos há em que a sua continuidade e permanência até contribuem gravosamente para a redução da auto-estima.

Retenha-se o pensamento de Stiglitz, como já exprimi: ninguém deverá ver o desemprego simplesmente como um número, uma estatística, ou como o resultado indesejável do combate à inflação. Os desempregados são pessoas, com famílias, cujas vidas são profundamente afectadas por políticas económicas que perdem de vista as pessoas⁶.

A estabilidade social, a participação, sendo valores do Desenvolvimento são factores de progresso das economias. A privatização, por exemplo, justificada como necessária para reestruturar empresas, não faz muitas vezes mais do que deslocar pessoas de actividades de produtividade baixa para situações de produtividade nula ou negativa em resultado do desemprego. Não aumenta então o rendimento do país como não melhora o bem-estar dos trabalhadores. Pode induzir instabilidade e insegurança.

O livro versa sobre “a globalização e os seus descontentes”, não parecendo que alguma parcela do que foi dito fique fora do conteúdo do tema. A verdade, contudo, é que não me foi preciso até agora referir o termo “globalização”, a palavra chave nele contida. No entanto, algo tem de ser dito a partir dela.

A globalização tem sido amplamente contestada; por movimentos radicais e não só. No entanto, a globalização nasce, quase se pode dizer, com o homem e com a sua curiosidade e desejo de alargar horizontes. É verdade que nesse processo de alargamento muita exploração, muitas injustiças foram cometidas, quase sempre por motivação económica, o que não chega contudo para invalidar o processo que tem, de resto, o seu quê de irreversível.

Mas é particularmente na área económica que se instala a indiscutível controvérsia de hoje; suscitada não apenas pelos movimentos radicais, já o disse, mas praticamente por todos os movimentos da sociedade. Stiglitz lembra por exemplo a tomada de posição de J. Chirac, que não é propriamente um radical, e as preocupações que expressa por a globalização não estar a responder à necessidade de fazer chegar os seus prometidos benefícios aos que mais necessitam deles. Não há dúvida que a globalização se converteu na matéria socialmente mais instantânea do nosso tempo. São de facto os aspectos económicos da globalização, na sua acepção mais restrita, que suscitam a controvérsia, e com eles as instituições internacionais que estabeleceram as regras e que pressionam no sentido da liberalização dos mercados, procurando impor ou impondo de facto conjuntos de medidas, sempre os mesmos, ainda que as realidades e as circunstâncias sejam diferentes.

A abertura ao comércio internacional levou muitos países a crescer mais rapidamente do que teria acontecido na sua ausência porque o comércio internacional pode contribuir para o desenvolvimento económico particularmente quando o processo de crescimento assenta nas exportações. À globalização se pode ainda associar o aumento na esperança de vida e as melhorias no nível de vida nos países em desenvolvimento, embora os seus adversários mais radicais minimizem os efeitos positivos. Mas há defensores da globalização que a identificam com “progresso”, e que entendem que os países em desenvolvimento não têm alternativa se querem crescer e combater efectivamente a pobreza. A verdade, contudo, é que, para muitos, a globalização ainda não trouxe os tão apregoados benefícios⁷.

6 As estatísticas não mostram o que pode ver-se fora das capitais (e mesmo nelas), nas aldeias de África, Nepal, Mindanao e Etiópia. “The gap between the poor and the rich has been growing, and even the number in absolute poverty — living on less than a dollar a day — has increased” (p. 24).

7 Nas palavras de Stiglitz, “a growing divide between the haves and the have-nots has left increasing numbers in the Third World in dire poverty, living on less than a dollar a day. Despite repeated promises of poverty reduction made over the last decade of the twentieth century, the actual number of people living in poverty has actually increased by almost 100 million. This occurred at the same time that total world income increased by an average of 2.5 percent annually” (p. 5).



Parece incontroverso que boa parte das políticas adoptadas, para além do seu desajustamento e das expectativas demasiado optimistas que podem criar, são particularmente dirigidas a fomentar o crescimento sem explícito compromisso com objectivos de desenvolvimento que quase querem identificar com ele. Ainda como refere Stiglitz, acredita-se que os governos precisem de adoptar políticas que promovam crescimento, mas devem fazê-lo no sentido de assegurar que o crescimento seja partilhado mais equitativamente (p. xi). Ao mencionar as políticas de ajustamento estrutural do FMI, aponta ele a instabilidade e as manifestações de desagrado por elas suscitadas por todo o lado; e mesmo quando alguma preocupação existiu quanto à *distribuição*, a verdade é que “often the benefits went disproportionately to the better-off, with those at the bottom sometimes facing even greater poverty” (p. xiv).

As políticas adequadas devem ter em atenção que os mercados não funcionam “perfeitamente”, do modo como os modelos simplistas o assumem. A concorrência não é “perfeita” e há “assimetrias de informação” que são determinantes no processo económico, como Stiglitz tem demonstrado nos desenvolvimentos teóricos que tem produzido.

Mas as insatisfações e as críticas à globalização têm raízes em vários conjuntos de limitações, mal-entendidos e perversidades que passam por vezes a descoberto e que a obra em análise permite identificar: estão entre eles (i) a confusão de conceitos, (ii) a inconsistência de métodos, (iii) a incoerência de modelos, (iv) a indefinição de valores; (v) hipocrisias socio-políticas.

Desenvolvo um pouco cada um destes aspectos.

A *confusão dos conceitos*, mesmo se não deliberada, gera necessariamente desentendimento e controvérsia. Mas pode ser deliberada...

Situa-se a este nível o uso frequente do termo “desenvolvimento” em acepção que só pode ser a de “crescimento”. Ora o crescimento é apenas *instrumento* do Desenvolvimento, a este sendo inerentes, como já referi, preocupações de liberdade, de justiça, de auto-estima, entre outras. Não é, como eu costumo dizer, qualquer crescimento que conduz ao Desenvolvimento, nem o crescimento em qualquer lado ou a qualquer preço; assim como não é aceitável, à luz da justiça, da moral e da ética que, como já se disse, se peça aos mais pobres que esperem até que sejamos todos mais ricos para retirarem então benefício do processo económico; até porque, além do mais, bastas demonstrações existem de processos de crescimento que têm agravado assimetrias.

A *inconsistência dos métodos* assenta frequentemente no esquecimento de princípios básicos da “metodologia da política”. Nem sempre se definem objectivos e muitas vezes eles se confundem por ficar indefinida a sua hierarquia. A confusão “crescimento-desenvolvimento” pode ser chamada para exemplificação. Claro que o crescimento pode ser, é quase sempre, um objectivo; mas é um objectivo *instrumental* que deve servir o Desenvolvimento, este como *fim*, como objectivo de ordem mais elevada.

Há ainda, e frequentemente também, grosseira (se não deliberada) confusão entre objectivos e meios, de que a referência anterior poderá também servir de exemplo⁸. E há negligência (deliberada ou não) na inventariação de estratégias alternativas e de políticas alternativas, para que se opte pelas mais adequadas. Todos aprendemos isso na metodologia da política. Esquecê-lo é cair no logro da eventual *incoerência dos modelos* que Stiglitz identifica e passo também a exemplificar.

As instâncias internacionais de há longo tempo envolvidas na assistência aos países com crises económicas (que não podem ligeiramente confundir-se com problemas do Desenvolvimento),

8 Stiglitz aponta muitas outras, de que destaco a seguinte: “When trade liberalization... is done in the right way and at the right place, so that new jobs are created as inefficient jobs are destroyed, there can be significant gains. The problem was that many of these policies became ends in themselves, rather than means to more equitable and sustainable growth. In doing so, these policies were pushed too far, too fast, and to the exclusion of other policies that were need” (pp. 53-54).



em particular o FMI, têm formulado receitas para “ajustamentos estruturais” com tendência para aplicação generalizada e quase indiscriminada. Joseph Stiglitz é profundamente crítico em relação aos modelos típicos de actuação do Fundo chegando a afirmar que para este “matters of substance became subsidiary to matters of process” (p. 33); questão tanto mais grave quanto o FMI se atribui o papel de único fornecedor, “fornecedor monopolista” de aconselhamento são e fundamentado. E Stiglitz vai mais longe, acusando os economistas do Fundo de obsessão de “fundamentalismo de mercado”⁹. Socorre-se ele da sua experiência no Banco Mundial para contrapor que, *aquí*, havia a convicção de que a “participação” é importante, de que as políticas e os programas não poderiam ser impostos aos países mas apropriados por eles, de que a criação de consensos era essencial, de que as políticas e as estratégias de desenvolvimento deveriam ser adaptadas à situação concreta dos países a assistir e que da “condicionalidade” imposta se deveria passar à “selectividade” premiando os países que melhor desempenho mostrassem a partir da aplicação de políticas adequadas.

A adopção “cega” dos três pilares das chamadas políticas consensuais de Washington¹⁰ (austeridade fiscal, privatização e liberalização dos mercados), que prevaleceu nas décadas de 80 e 90, produziu efeitos profundamente negativos: porque as políticas por que se concretizaram se tornaram fins em si mesmos, como já se disse, em vez de instrumentos para um crescimento mais equilibrado e sustentável, tendo ainda sido levadas longe demais e depressa demais, além de excluírem outras políticas que eram necessárias. Da política de austeridade fiscal, levada longe demais e em circunstâncias inadequadas, resultaram “recessões”; da privatização apressada, sem criação das pré-condições indispensáveis e muitas vezes deficiente na forma como é realizada, nem sempre resulta crescimento e podem não resultar os benefícios procurados; além de que, como já se frisou, deslocar pessoas de tarefas pouco produtivas em empresas públicas para o desemprego não aumenta a riqueza. A privatização, como política, deveria ser enquadrada em programas mais amplos de que faça parte a criação de emprego que equilibre, no mínimo, a destruição de emprego. E a liberalização do mercado vem frequentemente rodeada de hipocrisias que comprometem os seus possíveis efeitos positivos (p. 54).

Há sempre que admitir a existência de estratégias alternativas e há que as adequar às políticas, às situações concretas. O sucesso de casos como o da China e do Vietname fica a dever-se, em muito, ao facto de não terem esses países caído na adopção do modelo tradicional do “consenso de Washington” e terem procurado formular e adoptar as estratégias e as políticas mais adequadas às circunstâncias que viviam e conheciam bem; e de as terem aplicado, não como terapia de choque, mas com a sequência e o ritmo (“sequencing and pacing”) também adequados.

A cumular todo o processo da globalização vem o *menosprezo dos valores*, o menosprezo da moral e da ética. A economia a sobrepor-se à política.

Joseph Stiglitz lembra que, com a redução dos custos de transportes e de comunicações e o esbater de barreiras à circulação de bens, serviços e capitais, surgem neste processo de globalização analogias com a constituição a seu tempo das economias nacionais. Somente, acontece não termos governo à escala mundial que responda perante as pessoas de cada um dos países, que controle o processo da globalização de forma comparável à que os governos nacionais adoptam para guiarem o processo de nacionalização. Ao invés, “we have a system that might be called *global governance without global government*, one in which a few institutions — the World Bank, the IMF, the WTO — and a few players — the finance, commerce and trade ministers, closely linked to certain financial and commercial interests — dominate the scene, but

9 “The IMF economists could not, of course, ignore the existence of unemployment. Because under market fundamentalism — in which, *by assumption*, markets work perfectly and demand must equal supply for labor as for every other good or factor — there cannot be unemployment, the problem cannot lie with markets. It must lie elsewhere — with greedy unions and politicians interfering with the workings of free markets, by demanding — and getting — excessively high wages. There is an obvious policy implication — if there is unemployment, wages should be reduced” (p. 35).

10 “Washington consensus policies”.



in which many of those affected by their decisions are left almost voiceless. It's time to change some of the rules governing the international economic order, to think once again about how decisions get made at the international level — and in whose interests — and to place less emphasis on ideology and to look more at what works... There is an enormous cost to continuing global instability. Globalization can be reshaped, and when it is, when it is properly, fairly run, with all countries having a voice in policies affecting them, there is a possibility that it will help create a new global economy in which growth is not only more sustainable and less volatile but the fruits of this growth are more equitably shared" (pp. 21-22).

Na essência de todo este processo subjaz de facto o *menosprezo dos valores*: é o crescimento a assumir-se como Desenvolvimento, escamoteando ou adiando a *distribuição*, isto é, a *justiça social*; é a insensibilidade ao agravamento dos desequilíbrios; é a sustentabilidade do crescimento e o dispêndio de recursos não renováveis, ou renováveis a ritmo mais lento do que o do seu consumo, a comprometer oportunidades de gerações futuras; é o desemprego a valer apenas como estatística, esquecendo que são pessoas, famílias, que o sofrem, e que a auto-estima recua sempre em processos de exclusão, sendo embora a *participação* geralmente reconhecida como factor de crescimento e Desenvolvimento... Em ambiente de globalização quem zela pelo bem-estar social? Que instrumentos de regulação podem instituir-se?

E vêm a reboque as *hipocrisias*; a reboque e a coberto do menosprezo dos valores.

Uma primeira hipocrisia assenta falaciosamente na afirmação de que só pode distribuir-se o que se produz, de que é preciso produzir antes para distribuir depois; que o mesmo será dizer, como já se frisou, “esperem pela justiça social até que sejamos mais ricos”, como se a primeira demonstração a exigir não fosse distribuir justamente e já aquilo que já se produz. Nesta hipocrisia, mais arreigada do que o aceitável, vem a apoiar-se, quando deliberada, a ideia de que o crescimento é tudo e a desejada confusão com Desenvolvimento.

Uma segunda hipocrisia assenta no conteúdo da globalização de hoje, que tem sustentação maior na liberalização, isto é, na não interferência dos governos nos mercados financeiros, nos mercados de capitais e no comércio. Deixando de lado as lições a retirar da liberalização dos mercados financeiros e de capitais (ver p. 59, por exemplo) e concentrando-nos na liberdade do comércio, aqui vamos encontrar a expressão inequívoca deste outro tipo de hipocrisias, a dar sustentação aos protestos mais radicais de Seattle, Praga e Washington.

Dos advogados da liberalização do comércio se ouve a afirmação de que com ela a produção e o rendimento aumentam, visto esperar-se que os recursos se desloquem de usos menos produtivos para os mais produtivos, embora a deslocação de usos com baixa produtividade para usos de produtividade nula nada acrescente à riqueza, como se disse já. De facto, mais vezes do que o aceitável, a liberalização tem conduzido a aumento do desemprego; e a hipocrisia dos que “empurram” para a liberalização do comércio aí está: “The Western countries pushed trade liberalization for the products that they exported, but at the same time continued to protect those sectors in which competition from developing countries might have threatened their economies. ... The earlier rounds of trade negotiations had lowered trade barriers on industrial goods, from automobiles to machinery, exported by the advanced industrial countries. At the same time, negotiators for these countries maintained their nations' subsidies on agricultural goods and kept closed the markets for these goods and for textiles, where many developing countries have a comparative advantage” (pp. 60-61)¹¹.

11 Este tipo de hipocrisia não se fica no entanto por aqui, porque tem extensão mais ampla: “The United States pushed for liberalization of financial services, but resisted liberalization of the service sectors in which the developing countries have strength, construction and maritime services. ... So unfair has the trade agenda been that not only have the poorer countries not received a fair share of the benefits; the poorest region in the world, Sub-Saharan Africa, was actually made worse off as a result of the last round of trade negotiations” (pp. 244-245).



As hipocrisias movidas por interesses do mundo de hoje são infelizmente demasiado comuns e muitas vezes inumanas por demasiado cruas. Não temos nós assistido, como pretensa resposta ao terrorismo condenável, ao menosprezo da via político-diplomática e, em espírito de retaliação, não temos assistido ao desencadear de ataques bélicos que devastam e deixam na miséria populações extensas, indefesas e inocentes, fazendo-se-lhe seguir depois da devastação ajuda humanitária? Destrói-se, estropia-se, mata-se antes... enviam-se alimentos e medicamentos depois. Por que valores nos regemos?

A importância desta obra de Joseph Stiglitz não se afere apenas pela ênfase nos conceitos e pelas preocupações de sustentação na teoria económica; afere-se ainda pelo conhecimento concreto e vivido da problemática do desenvolvimento, também em contextos de “transição”, e pelo conhecimento igualmente concreto e igualmente vivido do funcionamento das instituições internacionais.

A vivência dos problemas dos países em desenvolvimento, na América Latina, na Ásia, na África, que nos é transmitida neste livro, é profundamente enriquecedora. Os capítulos dedicados à Ásia Oriental e à Rússia, considerando a problemática do desenvolvimento tornada não menos complexa pelas circunstâncias da “transição” para economias de mercado, esclarecem bem a natureza das situações e a sua diversidade, a justificarem só por si abordagens de tratamento diversas. E é assim que estas matérias, na obra em apreço, adquirem ainda maior relevância porque o Autor, numa postura pedagógica, se preocupa não só em diferenciar, caracterizando, as situações, mas também em criticar as “receitas” aplicadas e a sua adequação aos casos concretos. Desde logo, a natureza dessas medidas evidencia os défices de adequação, o grau de resistência à sua adopção, o sucesso e insucesso relativos que havia de alcançar-se.

A riqueza da abordagem, que assenta, como disse, no conhecimento directo dos “casos”, vem significativamente acrescida pelo conhecimento também directo das instituições internacionais, a algumas das quais esteve Stiglitz directamente ligado podendo dizer-se que as conhece “por dentro”. E isso permite-lhe discutir as medidas privilegiadas por elas no quadro da filosofia das ideias e dos procedimentos adoptados; e vem a permitir-lhe depois, fundamentadamente, avaliar os resultados.

Em relação a algumas das instituições é J. Stiglitz particularmente crítico.

Na mira da sua análise está o FMI, mais do que qualquer outra; mas estão ainda o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC). O “pacote” de medidas referenciado por “políticas consensuais de Washington”, a que já se fez menção e em que pesam significativamente as orientações do FMI e com elas as do “Tesouro” americano, é colocado permanentemente sob crítica severa, mas objectiva.

O FMI é de facto a instituição mais visada, duramente visada. Stiglitz reconhece que os problemas com que o Fundo se confronta são muito difíceis, porque o mundo é complexo e porque os economistas do FMI são homens práticos de quem se espera tomadas de decisão rápidas e não são académicos que possam aproveitar calmamente o conhecimento científico e usar intransigentemente coerência e consistência intelectuais. No entanto, é ele que o diz, há outras razões que justificam a falta de coerência e de consistência de muitas das suas políticas. É que o FMI não pretende alcançar apenas os objectivos estabelecidos no seu mandato original (a procura da estabilidade global e o assegurar meios para que países que enfrentem a ameaça de recessão possam adoptar políticas expansionistas); o FMI procura servir objectivos da comunidade financeira, assim se levantando conflitos de interesses. “The change in mandate and objectives, while it may have been quiet, was hardly subtle: from serving global *economic* interests to serving the interests of global *finance*. Capital market liberalization may not have contributed to global economic stability, but it did open up vast new markets for Wall Street” (p. 207).

Claro que, neste contexto, o Autor se situa como cientista social que, como ele diz, tenta descrever o comportamento de uma instituição em termos do que *parece* estar ela fazendo; e, “looking at the IMF as if it were pursuing the interests of the financial community provides a way



of making sense of what might otherwise seem to be contradictory and intellectually incoherent behaviors” (p. 207).

Além disso, o comportamento do FMI não pode considerar-se surpreendente, visto que aborda os problemas na perspectiva e na ideologia da comunidade financeira, naturalmente associadas estreitamente aos seus interesses. De resto, muito do pessoal chave do Fundo vem da comunidade financeira ou nela pretende vir a inserir-se ao deixar o FMI; o que não deve servir, no entanto, para insinuar a existência de “venalidades”. “The IMF (or at least many of its senior officials and staff members) believed that capital market liberalization would lead to faster growth for the developing countries, believed it so strongly that it did not need to look at any evidence and gave little credence to any evidence that suggested otherwise” (p. 208).

As críticas ao FMI formuladas por Stiglitz talvez possam ser sistematizadas da seguinte forma: começam por assentar no *enquadramento* das medidas (ou na falta de enquadramento), passam pela *filosofia de base* que norteia a análise e os processos, pela falta de *flexibilidade* na aplicação das “receitas” e pela ênfase nos *processos* muito mais do que na substância dos casos; e vai até ao menosprezo de aspectos básicos da *metodologia da política* económica (e da política de desenvolvimento), alguns dos quais já sublinhei.

Vejamos cada uma destas categorias de críticas.

As análises do FMI não podem naturalmente ignorar o *enquadramento* da Economia nas Ciências Sociais e Humanas, mas a verdade é que põem a ênfase quase exclusivamente na Economia e no crescimento. As questões da *distribuição* ou *repartição* ficam para outros tratarem, assim aparecendo despreocupado o Fundo em relação a assimetrias, a desigualdades, à pobreza, mais concretamente.

A influência do mercado financeiro é, nas circunstâncias, paradigmática; e é expressiva a crítica de Stiglitz quando, lembrando a velha asserção de Charles E. Wilson de que “o que é bom para a General Motors é bom para os Estados Unidos” a transpõe para a visão do FMI de que o que a comunidade financeira vê como bom para a economia global é bom para a economia global e deverá prosseguir-se (p. 95). Entre outros reflexos da influência do meio financeiro está a preocupação em que os credores estrangeiros sejam pagos, maior do que a de apoiar actividades económicas internas para se manterem.

De qualquer modo, o Fundo continua a pretender comportar-se, no processo de globalização em termos de promover a estabilidade global, ajudando os países em desenvolvimento, nomeadamente em “transição”, a conseguirem estabilidade e crescimento; parecendo impossível de conceber que o objectivo “estabilidade” possa acontecer no quadro estrito da ciência económica, porque só faz sentido no quadro amplo das ciências sociais e humanas.

A *filosofia de base* que norteia as análises e os processos do FMI é, nos termos usados por Stiglitz, a ideologia do mercado levada ao fundamentalismo (“markets must know best”). Não se admitem “falhas do mercado” e só se admitem falhas dos governos. E, no entanto, em áreas como as do ambiente, saúde pública, investigação e segurança, por exemplo, não deve deixar de se admitir que o mercado pode conduzir a resultados ineficientes impondo-se medidas governamentais efectivas. Nenhuma dúvida, porém, sobre que na economia do sector público tem de se reexaminar o papel dos governos à face da evolução estrutural da economia, à face da globalização e também da “devolução”, com preocupações no sentido de melhorar a eficiência e a transparência do sector. As chamadas “imperfeições do mercado” são incontestáveis, sendo extremamente importantes as contribuições de J. Stiglitz sobre a “economia da informação”, em particular as “assimetrias de informação”; elas são determinantes em todas as economias, por um lado, ao porem em causa as hipóteses de concorrência perfeita e perfeita informação sobre que se apoia a ideologia do mercado e, por outro, a imporem a necessidade de teorias mais realistas sobre mercados de trabalho e mercados financeiros (p. xi).



A hipótese frequente do FMI de que “markets arise quickly to meet every need” pretende esconder o facto, esse sim demonstrado, de que muitas actividades governamentais surgem precisamente porque o mercado “falha” na prestação de serviços essenciais (p. 55). Adam Smith é por vezes invocado para dar suporte à ideologia do mercado através da “mão invisível”, que sempre levaria a economia para resultados mais eficientes. Mas Stiglitz lembra que um dos maiores sucessos da ciência económica moderna foi o de mostrar o sentido e as condições sob as quais a construção de A. Smith é correcta, condições de resto altamente restritivas. Com efeito, lembra ele ainda, os avanços mais recentes da teoria económica têm demonstrado que quando a informação é imperfeita — o que acontece por todo o lado, particularmente nos países em desenvolvimento — a “mão invisível” opera de modo muito imperfeito; e há intervenções governamentais que, em princípio, podem melhorar a eficiência do mercado (p. 73). Adicionalmente, não é de um dia para o outro que mercados competitivos podem ser postos a funcionar.

Apesar de tudo, os fundamentalistas mantêm que as insuficiências do mercado são pequenas e as ineficiências governamentais são relativamente grandes, parecendo-lhes que os governos são muito mais parte do problema do que da solução. Por exemplo, os governos podem ser acusados de culpados do desemprego por aceitarem que vigorem salários demasiado elevados, ou por aceitarem que os sindicatos tenham demasiado poder. No entanto, o próprio Adam Smith estava consciente do contexto social e político em que a economia deve operar (p. 219). Perante tudo isto aparece justificada a perspectiva de J. Stiglitz que pode traduzir-se numa visão equilibrada do papel dos governos com reconhecimento das limitações e falhas tanto dos mercados como dos governos, mas que procure ver ambos trabalhando em conjunto, em parceria, parceria cujos contornos precisos variarão de país para país, tudo dependendo dos estádios de desenvolvimento político e económico (pp. 219-220).

Há reconhecidamente uma variedade de situações em que os mercados não produzem resultados eficientes: na presença de “externalidades” que podem levar à sobreprodução de alguns bens e à subprodução de outros, na produção de bens que sejam por natureza “públicos”, na ausência de resposta do mercado a investimentos em capital humano, entre outras. Por várias razões os mercados nem sempre são auto-reguláveis, donde a necessidade de intervenção governamental na promoção de estabilidade económica. E, por mais eficientes que os mercados possam ser, eles não asseguram que todos os indivíduos vejam satisfeitas as suas necessidades básicas, alimentares, de vestuário, de habitação, de saúde (p. 224).

Com a globalização o problema é ainda mais delicado. Há formas de acção colectiva de introdução indispensável, ao nível da assistência humanitária internacional, que têm de ser instaladas, de par com a criação de condições que permitam o crescimento e a sustentação. A progressiva interdependência dos povos fez surgir os bens públicos globais, e fez surgir também a necessidade das acções colectivas “globais”.

É matéria que parece mais reservada para o Banco Mundial do que para o FMI; mas não deixa de ser matéria a demonstrar as limitações do mercado cuja solução envolve outras determinantes a que Stiglitz atribui a maior importância; as reformas estruturais a incidirem sobre a “governância” e a transparência a nível interno dos países como a nível internacional das organizações; e aqui cabem, com o FMI e o Banco Mundial, a OMC e o próprio “Tesouro” dos Estados Unidos.

Uma terceira componente das críticas ao FMI assenta, como se disse atrás, na tendência insistente para a utilização de certo “*receituário*”, quase modelo único, *sem flexibilidade* e sem ponderação das situações e circunstâncias e sem o incentivo para localmente se promover a adequação e as escolhas. E, no entanto, vai-se aceitando generalizadamente que a liberdade de escolha, a capacidade de escolha, seja um requisito do Desenvolvimento.

Um exemplo expressivo é dado por Stiglitz ao debruçar-se sobre a “pobreza” como prioridade do Desenvolvimento e ao evidenciar que, sendo o crescimento necessário, não é qualquer crescimento que resolve o problema da pobreza. Tudo vai depender da adopção de políticas



específicas. Há exemplos de como a liberdade de comércio pode incentivar o crescimento mas, ao mesmo tempo e pelo menos no curto prazo, pode aumentar a pobreza; como os há em que poucos ganhos de crescimento acontecem e, no entanto, se reduzem significativamente as desigualdades (p. 82).

Não deve pois aceitar-se sem discussão as “receitas” que o FMI tem tendência a impor¹²; a procura da receita adequada deve envolver participação de quem tem os problemas; e casos de relativo sucesso como os da China e do Vietname vêm mesmo evidenciar que foi para eles útil o afastamento do modelo tradicional do FMI. Tem de haver alternativas e, conseqüentemente, escolhas, no quadro dos processos democráticos. Como Stiglitz diz, “each time and each country is different” e deveria ser tarefa das organizações internacionais proporcionar uma visão das estratégias alternativas com os riscos associados, para que os próprios países façam as escolhas o mais conscientemente possível. A essência da liberdade consiste no direito a fazer escolhas, já se referiu.

Associada às “receitas” vem a *ênfase nos “processos”*: uma preferência insistente pela terapia de choque e, em consequência, desprezo pelo “gradualismo” e pela programação sequencial.

Está hoje no entanto demonstrado, e Stiglitz fá-lo, o sucesso de políticas gradualistas, como as da China, que permitiram uma adequação ao meio progressiva e consistente das medidas a utilizar; e é ainda ele quem aponta insucessos inquestionáveis das terapias de choque bem expressos no caso da Rússia. As reformas e os processos referenciados aos “consensos de Washington” têm exposto frequentemente os países a riscos elevados, riscos de resto suportados particularmente pelos que têm menos capacidades para os enfrentar. Assim como em muitos países o ritmo e a sequência das reformas resultaram em maior destruição do que criação de emprego, também a exposição ao risco ultrapassou a capacidade para criar instituições que permitissem fazer-lhes efectivamente frente (pp. 86-87).

Muitas das críticas às instituições internacionais apontam para o facto de se ter menosprezado que mesmo as reformas desejadas no longo prazo devem ser cuidadosamente efectivadas, ao ritmo e com a sequência conveniente. A liberalização do comércio, por exemplo, ganha normalmente em ser gradual para melhor se poder assegurar a criação simultânea de emprego nos sectores de exportação. A liberalização rápida dos mercados financeiros e de capital é defendida pelo FMI; mas o sucesso de alguns países da Ásia Oriental terá repousado no gradualismo adoptado; no gradualismo e na atenção dada às desigualdades para não desbaratar a coesão social tão necessária ao estabelecimento de um clima de investimento e crescimento. Assim, enquanto as políticas “standard” enfatizavam a necessidade de minimizar o papel dos governos, na Ásia Oriental os governos ajudaram a moldar e a regular os mercados (p. 92).

A questão das desigualdades e da coesão social sempre se têm revelado importantes. Por isso, o apego à terapia de choque estará associado ao descalabro dos desequilíbrios registados na Rússia, onde o aumento da pobreza e a redução dos rendimentos poderiam pôr em causa as reformas do mercado. E é interessante constatar que na Polónia e na Hungria as políticas gradualistas adoptadas se podem associar precisamente ao não-agravamento das desigualdades¹³. A “ironia das ironias”, como diz Stiglitz, é que muitos dos países que

12 Tomando o caso da Ásia Oriental, Stiglitz refere a receita típica: “The IMF combined the money with conditions, in a package which is supposed to rectify the problems that caused the crisis. It is these other ingredients, as much as the money, that are supposed to persuade markets to roll over their loans, and to persuade speculators to look elsewhere for easy targets. The ingredients typically include higher interest rates — in the case of East Asia, much, much higher interest rates — plus cutbacks in government spending and increases in taxes. They also include “structural reforms”, that is, changes in the structure of the economy which, it is believed, lies behind the country’s problems” (p. 96).

Na sua procura objectiva de respostas, o mesmo Stiglitz dá exemplo de alternativas: “Maintain the economy as close to full employment as possible. Attaining that objective, in turn, entails an expansionary (or at least not contractionary) monetary and fiscal policy, the exact mix of which would depend on the country in question” (p. 130).

13 Ver nota 11 do Capítulo 5 (p. 260).



adoptaram processos mais gradualistas conseguiram fazer reformas mais profundas, mais rapidamente. A crítica mais severa a fazer ao FMI (ele a faz), está de resto no privilegiar dos “processos” face à “substância” das coisas.

E resta a subversão de aspectos básicos da *metodologia da política*. Neles cabem a falta de rigor de conceitos associados aos fins e objectivos da política de desenvolvimento: a confusão, por vezes deliberada, entre Desenvolvimento e crescimento. Neles cabe o já muito sublinhado desprezo da procura de alternativas, de estratégia ou de política, para sobre elas realizar escolhas coerentes. Neles cabe a inflexibilidade dos instrumentos e, pior, a confusão entre fins e meios. Cabe do mesmo modo a negligência na avaliação *ex-ante* e *ex-post* da política económica.

A confusão entre fins e meios, o menosprezo das alternativas e a visão curta das políticas como fins em si são expressivamente denunciadas por Stiglitz e foram já sublinhadas nestas notas¹⁴.

A cumular as críticas vêm as *incoerências* e as *inconsistências* das políticas; a *hipocrisia* dos comportamentos, já sublinhadas antes.

É muitas vezes incoerente e retira-lhes consistência, como se frisou já, não enquadrar as políticas em estratégias económicas e sociais mais amplas; ou não as situar em quadro sequencial bem definido, nem procurar efectivá-las ao ritmo adequado. É assim com a liberalização que, quando prematura, quando procurada antes de se reforçarem as instituições, designadamente as instituições financeiras, cria instabilidade; e a instabilidade não só dificulta o crescimento como tem custos que vêm a ser desproporcionadamente suportados pelos mais pobres (p. 67).

Uma das limitações mais fundamentadamente apontadas ao FMI está nos erros praticados na sequência das acções e no ritmo da liberalização. Com efeito, forçar a liberalização antes de dispor de “redes de segurança”, antes de dispor de um quadro regulador adequado, antes de os países estarem minimamente preparados para as consequências adversas que podem ser imputadas ao mercado, é correr riscos demasiados. Forçar políticas que levem à “destruição” de emprego antes de estarem criadas condições para a “criação” de emprego, forçar a privatização antes de estarem instalados os quadros apropriados de concorrência e de regulação, pode custar muito caro. Pensar que o processo económico pode ficar desligado do processo social e ambos do processo político é incoerente, só podendo conceber-se em ambiente “fundamentalista”.

Importa no entanto lembrar que, em boa parte, as incoerências, as inconsistências, as hipocrisias acontecem porque de facto o mercado é um “lugar” complicado em que os interesses variados dos vários grupos sociais entram em conflito. Os trabalhadores preocupam-se em relação ao emprego e aos salários em perspectiva contrária à dos empregadores; o meio financeiro preocupa-se em relação às taxas de juro e ao pagamento dos empréstimos em perspectiva diferente da do trabalhador e da do empregador. Se uma taxa de juro elevada é boa para o credor, a verdade é que os trabalhadores vêem nela uma ameaça ao abrandamento económico e por aí uma ameaça de desemprego, enquanto o empregador também a desejaria mais baixa, porque querará defender-se da inflação e assegurar o maior “retorno”.

O prevalecer de certo grupo de interesses sobre outros pode gerar incoerências e inconsistências porque o fenómeno com que lidamos não só tem vastas inter-relações no campo económico como tem implicações na área social e humana, e na área política também. O risco de implantação de hipocrisias é assim real e delas já se deram bastos exemplos. Será de enfatizar algumas das que têm assento particular nos Estados Unidos, como grande influenciador das instâncias internacionais. É Stiglitz a fazê-lo.

¹⁴ “The problem was that many of these policies became ends in themselves, rather than means to more equitable and sustainable growth. In doing so, these policies were pushed too far, too fast, and to the exclusion of other policies that were needed” (pp. 53-54).



De um modo geral, pode dizer-se que os Estados Unidos apoiam o comércio livre, mas mais frequentemente do que o aceitável, quando um país pobre consegue encontrar um produto que pode exportar para os Estados Unidos os interesses proteccionistas internos americanos são mobilizados... e surgem barreiras muito dificilmente transponíveis (“*barbed-wire barriers*”) perante as importações (p. 172).

Do mesmo modo no que respeita aos sistemas em “transição”. Foram os Estados Unidos que se encarregaram do ensino da economia de mercado à Rússia. Por um lado, deram-lhe doses maciças de mercado livre à base de manuais de economia mas, por outro lado, procederam na prática com afastamento completo dos ensinamentos teóricos. Ensinaram, ou procuraram ensinar à Rússia, que a liberalização do comércio era indispensável para o sucesso da economia de mercado, mas quando a Rússia procurou exportar para os Estados Unidos alumínio, ou urânio, entre outros produtos, encontrou a porta fechada. Disse-se-lhes que a concorrência era vital, e no entanto o governo americano esteve no centro da criação de um cartel de alumínio e deu direitos de monopólio para importar urânio ao produtor monopolista americano. Ensinou-se-lhes que deviam privatizar rapidamente e honestamente, mas a única tentativa de privatização nos Estados Unidos tomou anos e anos a concretizar-se e a sua integridade, no final, foi posta em causa (p. 178).

Não surpreendem assim as manifestações vivas contra a globalização, que começaram com os encontros da OMC de Seattle. A OMC era o símbolo mais óbvio das desigualdades e das hipocrisias dos países industrializados que enquanto pregavam e forçavam a abertura dos mercados dos países em desenvolvimento aos seus produtos industriais, continuavam a manter fechados os seus mercados a produtos desses países, como os agrícolas e os têxteis. Enquanto pregavam que não deviam subsidiar-se as suas actividades, continuavam a dispendir somas astronómicas em subsídios aos seus próprios agricultores tornando impossível aos países em desenvolvimento vencer a concorrência. Enquanto pregavam a virtude dos mercados de capitais, os Estados Unidos orientavam-se para a criação de carteis globais no aço e no alumínio. Enquanto forçavam no sentido da liberalização dos serviços financeiros resistiam eles à liberalização dos sectores de serviços, da construção e dos serviços marítimos.

Os benefícios da globalização não chegam assim, de maneira justa, aos países mais pobres, alguns ficando de resto em situação ainda mais grave; e a isso vem juntar-se o défice de “conhecimento” dos países em desenvolvimento e as limitações à transferência de conhecimento dos países industrializados; são significativas as dificuldades, para fazer chegar medicamentos aos mais pobres, como é significativa a insistente protecção à indústria farmacêutica (pp. 244-246).

A reforma da OMC é necessária para instituir agendas comerciais mais equilibradas; equilibradas em termos dos interesses dos países em desenvolvimento e equilibradas relativamente a condicionantes que se vêm impondo, designadamente ao nível do ambiente.

É de admitir que os protestos globais não acabem enquanto mais justiça não for introduzida e as hipocrisias arredadas; e enquanto as preocupações ambientais não forem minimamente satisfeitas.

Perante “A Globalização e os seus descontentes”¹⁵ pode tentar-se algumas considerações de síntese, cujo sublinhado é naturalmente sempre subjectivo.

— A de que a globalização, que está para ficar, traz potencialmente benefícios, embora os benefícios efectivos estejam significativamente afectados por uma distribuição assimétrica que gera descontentamento. Pelo menos por isso e sobretudo porque o mercado tem falhas, a globalização tem de ser regulada, apresentando-se da maior complexidade a instituição das estruturas e dos instrumentos de regulação.

15 Tradução “à letra” do título original.



— A de que se tem dado particular atenção aos aspectos económicos da globalização, sendo certo que os valores mais fundamentais não são particularmente os económicos; mas para além da existência de outros aspectos que têm de ser igualmente e não menos salvaguardados (as estruturas e identidades culturais e a sua diversidade, por exemplo), importa que em benefício do desenvolvimento não se privilegiem apenas os aspectos do crescimento económico; porque, em benefício até da Economia, a distribuição dos resultados e a participação nos processos, bases da estabilidade necessária, devem impor-se como objectivos também instrumentais, assim como o crescimento, como objectivo, só pode ser instrumental; se não o descontentamento grassará.

— A de que a forma como o processo tem sido gerido e o papel que nessa gestão têm tido instituições internacionais como o FMI, o próprio Banco Mundial, e a OMC, têm de ser acautelados em benefício do processo. As instituições não podem, ainda que indirectamente, ser “comandadas” pelo meio financeiro, como não podem fechar-se sobre si nas análises e nas políticas; e as medidas que sugiram não podem menosprezar a diversidade das situações e das circunstâncias. De resto, só são verdadeiramente eficazes se, além de adequadas forem participadas. A generalizada má impressão em relação aos burocratas internacionais tem fundamento e não deve ser minimizada. É fonte de descontentamento a alimentar movimentos radicais.

— A de que há necessidade de instrumentos reguladores efectivos associados a instâncias de regulação. A sua criação é uma prioridade, embora a complexidade da sua criação seja inquestionável. Num mundo cada vez mais global, quem zela pelo bem estar global? Quem impõe a procura da equidade na distribuição dos benefícios? Quem denuncia, quem desmonta, quem combate as hipocrisias? Quem zela pela perseguição dos objectivos últimos do desenvolvimento numa base social, espacial e temporal? Quem institui a sustentabilidade do processo de desenvolvimento? Interrogações, entre muitas outras, que ficando sem resposta geram descontentamento.

— Finalmente, a de que há os valores e as pessoas. Só o altruísmo pode garantir a sobrevivência do processo de globalização como processo de desenvolvimento. Só o combate às desigualdades pode dar garantias de estabilidade. Só a “participação” sustenta e promove a auto-estima e a liberdade. A diversidade tem de ser assegurada. A Economia não fica, não pode ficar fora das ciências sociais, não pode isolar-se do factor humano, das próprias ciências humanas, portanto. Quantas fontes de descontentamento daqui emanam.

O livro que Joseph Stiglitz nos dá preocupa-se com tudo isso; e fá-lo da maneira mais pedagógica e mais válida, porque fundamentada. Fundamentada nos desenvolvimentos da Ciência cujo reconhecido domínio nobilitou e “nobelitou” Stiglitz; fundamentada no conhecimento directo dos casos concretos a que entregou parte substancial da sua vida de cientista e de cidadão.